

Mergulhar debaixo da “história oficial”

A tentação de começar com números é enorme. No entanto, aguardaremos a dissecação e uma análise mais aprofundada destes números por parte dos combatentes sociais colombianos que lutam no seu país. O importante hoje, para nós e visto de fora, é encontrar aproximações para as respostas às perguntas que estes números aproximam. E não se contentar com a “história oficial” que tem múltiplos canais, no auge dos oficiais por trás do Acordo de Paz que acaba de ser congelado: Que explicação tem a apatia da maioria para um evento que muitos descreveram como histórico? Será um triunfo para Uribe ou uma derrota para Santos? Em outras palavras, é um triunfo da “guerra” sobre a “paz”? Qual é o lugar onde devemos parar e entender o resultado que invalidou quatro anos de laboriosas negociações?

Os números grossos mais importantes para a nossa análise são...

Sessenta e três por cento dos colombianos aptos para votar se abstiveram, a maior taxa de abstenção da história do país, superada apenas pela eleição presidencial de 1999. Em outras palavras, dos 34.900.000 cidadãos aptos para votar, apenas 12.800.000 o fizeram, enquanto 22.100.000 colombianos decidiram que o que seria definido no plebiscito não era uma decisão na qual deveriam participar.

Por outro lado, os 10 departamentos em que o SIM triunfou, que são aqueles que mais diretamente sofreram as consequências do conflito, foram também os departamentos com maior taxa de abstenção. O triunfo do Sim nesses departamentos, embora a distância com o NÃO seja esmagadora, baseia-se num universo de eleitores proporcionalmente muito menor do que os qualificados no resto do país.

Enquanto os votos NÃO são apenas cerca de 6,5 milhões e a diferença entre esta opção e a opção Sim é ligeiramente superior a 65.000 votos, é importante notar que a diferença entre Não e Sim é inferior à dos votos nulos que atingiram 171.000 votos e dos votos não marcados (brancos) que foram pouco mais de 86.000 votos.

Atevemo-nos, com algumas chaves, a interpretar o triunfo do NÃO...

Primeira chave: As pessoas não viram a importância de participar no plebiscito

Além das razões políticas, culturais e econômicas que podem explicar este comportamento do eleitorado, é evidente que o que foi resolvido não foi visto como um fato que dividiu a história da Colômbia em duas e superou as condições que levaram à guerra. Não se entendeu que esta “paz”, por mais importante que seja, traria as mudanças que as pessoas precisam ou exigem. Não se viu no acordo, pelo menos no que foi apresentado publicamente pelos protagonistas excluindo o pacto, algo que indicava que era necessário romper com a longa tradição abstencionista do povo colombiano. Onde, por exemplo, os presidentes são eleitos com pouco mais de 20% de participação da população qualificada para tal. Não houve quebra nessa tendência, pelo contrário, a abstenção foi, historicamente medida, a segunda maior. Porque além da importância da questão a ser decidida, que sem dúvida teve alcance histórico, o sistema político colombiano com alguma composição, é o mesmo sistema elitista que deu origem à guerra e serviu para que as oligarquias governassem mais de meio século no meio dela e a utilizassem como justificção para as maiores aberrações. Assim, pelo menos, vem de uma carta recente da filha de Jorge Eliser Gaitan1. Nesse sentido, a reivindicação da Assembléia Constituinte, que infelizmente abandonou as FARC no início da negociação, facilitou a permanência desse sistema historicamente repudiado pela

população.

A afirmação feita publicamente pelo premiado escritor William Ospina, e que reproduzimos em nosso artigo “Colômbia: Qual paz?2” : “Algo no coração da sociedade sente que uma paz sem grandes mudanças históricas, uma paz que não semeia esperanças, é uma miragem, feita para satisfazer a vaidade de alguns políticos e a hegemonia de alguns poderes, mas não para abrir o horizonte a uma humanidade encurralada pela necessidade e pelo sofrimento...” foi verificada como verdadeira. O segredo para nós está guardado nessa frase. Para entender plenamente o momento que se abre, temos a obrigação de descobrir o que é esse “Algo no coração da sociedade” (e não só na Colômbia) que levou a que muito mais de vinte milhões de eleitores não vissem a necessidade de se expressar em um momento histórico, eles entenderam que só o que a “história oficial” domesticada poderia oferecer poderia predominar dessa característica histórica.

Segunda Chave: Um Acordo Construído por Detrás da Participação Popular

Há uma forte insistência em explicar que o triunfo do Não se deveu ao fato de ter conseguido instalar medo entre a população devido às supostas consequências do que foi negociado, acenando com fantasmas que não estavam no acordo.

Esta posição abre outra porta para a compreensão do resultado, mas na direção oposta. É evidente que quando se pediu às pessoas que ratificassem um acordo que não era conhecido, do qual não participaram abertamente, para o qual não podiam contribuir, criticar ou simplesmente saber o que era e o quanto a vida desses setores populares poderia melhorar, não tinham como saber o que era verdade e o que era mentira, nos argumentos dos líderes do NÃO. O que estava no acordo que mostrará que tínhamos que confiar em Santos, ministro da Guerra de Uribe na época da liquidação física de grande parte

do comando histórico das FARC. Porquê confiar nele quando era o inventor dos falsos positivos? E acima de tudo, por que essa negociação seria diferente das muitas anteriores, que terminaram em fracassos estrondosos e sangrentos.

Assim, a campanha pelo NÃO poderia instalar o medo e mentir descaradamente, ou pelo menos conseguiu colocar com muito sucesso, a dúvida sobre a utilidade para a população e o país do acordo para fechar o capítulo militar do conflito. Com a natureza oculta, secreta e secreta das negociações e do acordo, Uribe conseguiu se colocar novamente no centro da cena, consolidando e fortalecendo um número que, se a população tivesse podido fazer parte dos debates e suas opiniões tivessem sido ouvidas, não teria sido sustentado. Em suma, como não foram levados em conta para dizer sua opinião durante a construção do acordo, não acreditavam que um governo que tem uma enorme e justificada rejeição às políticas econômicas e sociais que aplica, e que representa plenamente uma ala da oligarquia colombiana com sua tradição guerreira e genocida incluída, iria construir um acordo favorável ao povo sobre um tema tão transcendente como o da paz.

Terceira chave: a soberba das cúpulas oligárquicas

Mas por que o tradicional setor superior da oligarquia colombiana não viu a derrota no plebiscito? Ou pelo menos não previu a estreiteza do resultado? Por que correu Santos o risco de comprometer o laborioso acordo que levou quatro longos anos para alcançar? E aqui temos que olhar para a psicologia desses líderes, para seu nível de consciência oligárquica, e para suas disputas internas, que é onde reside uma das principais chaves para este evento.

O plebiscito não era necessário para a execução dos acordos alcançados. O Tribunal Constitucional já o tinha indicado: se o acordo fosse aprovado no Plebiscito, a sua aplicação seria

tratada pelo Parlamento e só em caso de derrota o Plebiscito seria vinculativo.

Mas Santos, como porta-voz de uma ala majoritária da oligarquia, queria aproveitar para esmagar um setor vinculado pela inércia e rotina aos velhos negócios que facilitavam a guerra, como, por exemplo, o tráfico de drogas. E forçar este setor a adaptar-se apressadamente aos novos e agressivos negócios do Capital Financeiro da região, que têm a ver com a ofensiva extrativista mineira, a agricultura massiva em grandes territórios com agrotóxicos e o aprofundamento da extração de petróleo, hoje a principal fonte de exportação desse país. Para isso, precisam de libertar o mais rapidamente possível os territórios controlados principalmente pelas FARC. E no caminho para completar a limpeza da liderança política dos elementos associados a Narco do qual Álvaro Uribe Vélez é o representante mais notório. Na realidade, para Santos, o plebiscito foi a forma de validar seu triunfo nessa luta interna dos líderes oligárquicos. E Uribe, por sua vez, precisava se opor às demandas de uma pequena mas importante parte, pelo poder que administra, sua base social e acima de tudo, em autodefesa.

É por isso que Santos não se importou com a participação popular nem no debate nem na decisão final do plebiscito. Ele acreditava que bastava agitar sem explicar a alternativa da "Paz" contra a calamidade da Guerra. E é por isso que Uribe Vélez, imediatamente após a vitória do NÃO pediu para se reunir com Santos e foi recebido, para que seu setor fosse integrado às negociações, pois é de sua natureza de classe não ir contra o Capital Financeiro Internacional. A opção SIM ou NÃO, além do debate sobre Paz ou Guerra, que não existia, expressou sobretudo uma luta interna em nível de dois setores da oligarquia colombiana e seus porta-vozes mais destacados.

Eles, os dois, Santos e Uribe usaram o povo como bucha de canhão das manobras de sua pequena guerra doméstica. Eles não se importam com as pessoas nem com a sua opinião, olham para

ele a partir do seu pedestal.

Dois exemplos ilustram o desprezo que estas cúpulas têm pelo que as pessoas pensam ou decidem. São símbolos fortes: o primeiro é o generoso ato protocolar de assinar acordos. A segunda é uma declaração de Santos à imprensa de seu país sobre a questão que precisava ser respondida no plebiscito, no momento de anunciá-la. Os dois pintam de corpo inteiro este desprezo das cúpulas.

No dia 26 de setembro, uma semana antes que a população tivesse que votar, 2500 convidados da mais alta sociedade colombiana e internacional foram convocados à cidade de Cartagena para assistir ao momento da consagração da história oficial. Entre eles 15 chefes de Estado, além do chefe da diplomacia Gringa John Kerry e do chefe da diplomacia do Vaticano, o cardeal Parolin, o secretário geral da ONU e os presidentes dos países anfitriões e garantes das negociações. Como o chefe das FARC destacou durante o evento, as pessoas estavam ausentes do evento. Ali, o Santos depois do voo baixo de um avião de guerra e da tripulação? O israelense, que alarmou o chefe das FARC, julgou o processo com o qual ficaria na história. Ele já estava ensaiando o discurso que fará em Oslo quando receber seu Prêmio Nobel.

O outro fato é um detalhe que define a sua arrogância. No momento de anunciar o plebiscito, Santos é questionado pelo jornalismo sobre a pertinência da pergunta que naquele ato teria que ser respondida pelo Sim ou Não. E ele respondeu, mostrando toda a sua linhagem: “O Presidente tem a faculdade de fazer a pergunta que lhe der vontade”³.

Nunca levou em conta que se as pessoas fizessem o que “quisessem” e não participassem do chamado para apoiar um pacto do qual eram meros espectadores, se encontrariam em uma situação tão absurda para elas como a atual: com um acordo “já celebrado” e assinado que está congelado, com um prêmio Nobel por uma Paz que ainda não pode ser posta em prática. Tendo

entregue a Uribe a chave da paz numa bandeja de prata. E com ruas cheias de multidões de jovens estudantes que afirmam querer a paz além do que votaram no plebiscito, e que o que rejeitam são os líderes. Para eles deveria ser entregue o Nobel, porque estão começando a escrever a nova história da Colômbia, que está longe de ser a “história oficial”.

1□ Carta da filha de Jorge Eliecer Gaitán ao presidente Santos, a Timochento FARC e Gabino ELN
<http://www.aporrea.org/internacionales/n298367.html>

2□ Colombia: ¿Cuál Paz?
<http://www.aporrea.org/internacionales/a234583.html>

3□ ‘El Presidente tiene facultad de hacer la pregunta que le dé la gana’
<http://www.eltiempo.com/politica/gobierno/declaracion-del-presidente-santos-sobre-la-pregunta-del-plebiscito/16688649>

Original: Rebellion.org